

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
A BEM DTVM atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros. Em 31 de dezembro de 2019, possuía sob sua administração fiduciária R\$ 399.301 milhões, distribuídos em 2.195 Fundos e Clubes de Investimento, atendendo um total de 45.185 cotistas.

No exercício de 2019, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 24 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 106 milhões e Ativos Totais de R\$ 306 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Osasco, SP, 04 de fevereiro de 2020.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2019	2018		2019	2018
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	305.676	309.871	CIRCULANTE	199.689	228.033
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	613	580	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	199.689	228.033
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a).....	298.313	305.458	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	16	2
Carteira Própria.....	298.313	305.458	Sociais e Estatutárias (Nota 9d).....	227	161
OUTROS CRÉDITOS.....	6.750	3.833	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a).....	14.604	11.019
Rendas a Receber (Nota 6a).....	6.207	3.347	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8b).....	181.059	214.588
Diversos (Nota 6b).....	543	486	Diversas (Nota 8c).....	3.783	2.263
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	249	235	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	482	-
OUTROS CRÉDITOS.....	249	235	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	482	-
Diversos (Nota 6b).....	249	235	Diversas (Nota 8c).....	482	-
PERMANENTE	1	1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	105.755	82.074
INVESTIMENTOS.....	1	1	Capital:.....	-	-
Outros Investimentos.....	1	1	- De Domiciliados no País (Nota 9a).....	45.000	36.000
TOTAL	305.926	310.107	Reservas de Lucros (Nota 9c).....	60.755	46.074
			TOTAL	305.926	310.107

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	7.678	15.255	12.496
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c).....	7.678	15.255	12.496
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	7.678	15.255	12.496
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	12.975	24.113	17.967
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 10).....	37.614	32.016	38.346
Outras Despesas Administrativas (Nota 11).....	(21.180)	(32.274)	(16.344)
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(3.389)	(5.556)	(3.473)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13).....	18	35	99
Outras Despesas Operacionais (Nota 14).....	(88)	(108)	(61)
RESULTADO OPERACIONAL	20.653	39.368	30.463
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	20.653	39.368	30.463
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 16a e b)	(8.008)	(15.460)	(13.531)
Provisão para Imposto de Renda.....	(4.890)	(9.500)	(7.387)
Provisão para Contribuição Social.....	(3.202)	(6.009)	(6.166)
Ativo Fiscal Diferido.....	84	49	22
LUCRO LÍQUIDO	12.645	23.908	16.932
Número de cotas (Notas 9a e b).....	45.000.000	45.000.000	36.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	288,79	531,29	470,33

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	20.653	39.368	30.463
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	-	-	18
Outros.....	-	-	18
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	20.653	39.368	30.481
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(94.695)	7.145	(233.842)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	(1.277)	(2.882)	(1.023)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	93.892	(11.863)	215.257
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(18.051)	(31.574)	(10.205)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	522	194	668
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos.....	-	(161)	(112)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(161)	(112)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	522	33	556
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	91	580	24
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	613	613	580
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	522	33	556

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.
Durante o 1º semestre de 2018, clientes que operavam com a Bradesco-Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (atual Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.) passaram a operar com a BEM DTVM, na medida que suas operações foram sendo liquidadas pelo vencimento.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de fevereiro de 2020.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.
As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
d) Títulos e valores mobiliários - Classificação
• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se essas cotações de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)
Representadas por operações em bolsas, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.
Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:
• Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; e
• Devedores/Credores - Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Eventos					
Saldos em 30.6.2019	45.000	4.108	44.122	-	93.230
Lucro Líquido.....	-	-	-	12.645	12.645
Destinações: - Reservas de Lucros.....	-	632	11.893	(12.525)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(120)	(120)
Saldos em 31.12.2019	45.000	4.740	56.015	-	105.755
Saldos em 31.12.2017	28.700	2.698	33.905	-	65.303
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b).....	7.300	-	(7.300)	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	16.932	16.932
Destinações: - Reservas de Lucros.....	-	847	15.924	(16.771)	-
- Dividendos.....	-	-	-	(161)	(161)
Saldos em 31.12.2018	36.000	3.545	42.529	-	82.074
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b).....	9.000	-	(9.000)	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	23.908	23.908
Destinações: - Reservas de Lucros.....	-	1.195	22.486	(23.681)	-
- Dividendos.....	-	-	-	(227)	(227)
Saldos em 31.12.2019	45.000	4.740	56.015	-	105.755

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

j) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.
São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional.....	613	580
Total de caixa e equivalentes de caixa	613	580

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Carteira própria		
Cotas de fundos de investimento.....	298.313	305.458
Total	298.313	305.458

b) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2019	2018		
		Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado (2)	Valor de mercado/ contábil (1)
Títulos (1)				
Títulos para negociação (3):				
Cotas de fundos de investimento.....	52.851	2.012	867	242.583
Total geral	52.851	2.012	867	242.583

- (1) No encerramento do exercício, a BEM DTVM possuía R\$ 298.313 mil (2018 - R\$ 305.458 mil), aplicados em fundos exclusivos da Organização Bradesco;
(2) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Títulos de renda fixa.....	15.255	12.496
Total	15.255	12.496

d) Instrumentos financeiros derivativos
A BEM DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

6) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Taxa de administração de fundos.....	6.207	3.347
Total	6.207	3.347

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Impostos e contribuições a compensar.....	454	396
Crédito tributário (Nota 16c).....	332	283
Devedores por depósitos em garantia.....	6	42
Total	792	721

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES
a) Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e possíveis
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não há processos contingentes avaliados como de perda provável e possível de montante relevante.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	11.513	10.592
Impostos e contribuições a recolher.....	3.091	427
Total	14.604	11.019

b) Negociação e intermediação de valores
Os saldos passivos referem-se às transações efetuadas por conta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada no mês seguinte, conforme composição demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Caixa de registro e liquidação.....	181.059	214.588
Total	181.059	214.588



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Provisão para pagamentos a efetuar.....	3.204	1.485
Outras provisões	482	465
Credores diversos no país.....	579	313
Total	4.265	2.263

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 45.000 mil (2018 - R\$ 36.000 mil), totalmente subscritos e integralizados, é composto por 45.000.000 (2018 - 36.000.000) cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro	36.000.000	28.700.000	36.000	28.700
Aumento de capital com reserva AGO/AGE (1)	9.000.000	7.300.000	9.000	7.300
Saldo em 31 de dezembro	45.000.000	36.000.000	45.000	36.000

(1) Em 18 junho de 2019, o Bacen homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 30 de abril de 2019, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 9.000 mil, com a criação de 9.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotistas Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio Cotistas Banco Bradesco S.A. Em 7 junho de 2018, o Bacen homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 30 de abril de 2018, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 7.300 mil, com a criação de 7.300.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotistas Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio Cotistas Banco Bradesco S.A.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Reservas de lucros.....	60.755	46.074
- Reserva legal (1).....	4.740	3.545
- Reserva estatutária (2).....	56.015	42.529

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócio Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócio Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2019	2018
Lucro líquido.....	23.908	16.932
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(1.195)	(847)
Base de cálculo	22.713	16.085
Dividendos propostos.....	227	161
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil cotas.....	5,04	4,47

e) O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de cotas.

10) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Administração de fundos de investimento (Nota 17b).....	57.230	35.878
Outras.....	4.786	2.468
Total	62.016	38.346

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Serviços de terceiros.....	30.696	15.845
Serviços técnicos especializados.....	895	604
Doações.....	217	-
Publicações.....	105	123
Serviços do sistema financeiro.....	34	34
Outras.....	327	338
Total	32.274	16.944

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Contribuição à COFINS.....	3.092	2.037
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....	1.451	813
Impostos e taxas.....	511	292
Contribuição ao PIS.....	502	331
Total	5.556	3.473

13) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Receitas financeiras.....	28	80
Reversão de provisões operacionais.....	7	-
Recuperação de despesas.....	-	19
Total	35	99

14) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Despesas de variação cambial.....	27	14
Outras provisões.....	17	18
Despesas com juros e multas.....	7	-
Comissão sobre serviços de distribuição de cotas.....	57	29
Total	108	61

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Ativos		
Disponibilidades (1).....	613	580
Passivos		
Dividendos a pagar (2).....	(227)	(161)

(1) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.; e

(2) Controlador Direto - Banco BBI S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Contrato Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

 Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco. A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	39.368	30.463
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3f).....	(15.747)	(13.708)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(229)	(139)
Deduções incentivadas.....	492	295
Outros.....	24	21
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(15.460)	(13.531)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(15.509)	(13.553)
Impostos diferidos:		
Constituição/(Realização) no período sobre adições temporárias.....	49	22
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(15.460)	(13.531)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil	
	Saldo em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2019
Provisão para publicação e outras provisões.....	283	130
Total dos créditos tributários (Notas 3f e 6b).....	283	130

O total do crédito tributário constituído tem perspectiva de realização em até 4 anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 319 mil (2018 - R\$ 268 mil). Todos os créditos tributários da BEM DTVM foram devidamente ativados.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A BEM DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BEM DTVM administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2019, somaram R\$ 399.301 milhões (2018 - R\$ 261.162 milhões), cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício somou de R\$ 57.230 mil (2018 - R\$ 35.878 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2019, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); e
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata – Contador – CRC 1SP212776/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 27 de fevereiro de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takahashi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BEM DISTRIBUIDORA DE TIT E VALS MOBILIARIOS LTDA.....	11
BRADESCO KIRTON CORRETORA DE CÂMBIO S.A.....	9
SEGUROS SURA S.A.....	3

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h





BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTMV ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BEM DTMV atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros. Em 31 de dezembro de 2019, possuía sob sua administração fiduciária R\$ 399.301 milhões, distribuídos em 2.195 Fundos e Clubes de Investimento, atendendo um total de 45.185 cotistas.

No exercício de 2019, a BEM DTMV registrou Lucro Líquido de R\$ 24 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 106 milhões e Ativos Totais de R\$ 306 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Osasco, SP, 04 de fevereiro de 2020.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2019	2018	2019	2018
ATIVO				
CIRCULANTE				
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	305.676	309.871	199.689	228.033
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	613	580	16	2
Carteira Própria	298.313	305.458	199.689	228.033
OUTROS CRÉDITOS	6.750	3.833	16	2
Rendas a Receber (Nota 6a)	6.207	3.347	227	161
Diversos (Nota 6b)	543	486	181.059	214.588
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	249	235	3.783	2.263
OUTROS CRÉDITOS	249	235	482	-
Diversos (Nota 6b)	1	1	482	-
PERMANENTE	1	1	105.755	82.074
INVESTIMENTOS	1	1	-	-
Outros Investimentos	1	1	45.000	36.000
TOTAL	305.926	310.107	305.926	310.107

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro 2019		2018		Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	2019	2019	2018	2018		Legal	Estatutária			
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.678	15.255	12.496	12.496	Saldos em 30.6.2019	45.000	4.108	44.122	-	93.230
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	7.678	15.255	12.496	12.496	Lucro Líquido	-	-	-	12.645	12.645
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.678	15.255	12.496	12.496	Destinações: - Reservas de Lucros	-	632	11.893	(12.525)	-
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	12.975	24.113	17.967	17.967	- Dividendos Propostos	-	-	-	(120)	(120)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 10)	37.614	62.016	38.346	38.346	Saldos em 31.12.2019	45.000	4.740	56.015	-	105.755
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(21.180)	(32.274)	(16.944)	(16.944)	Saldos em 31.12.2017	28.700	2.698	33.905	-	65.303
Despesas Tributárias (Nota 12)	(3.389)	(5.556)	(3.473)	(3.473)	Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b)	7.300	-	(7.300)	-	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	18	35	99	99	Lucro Líquido	-	-	-	16.932	16.932
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(88)	(108)	(61)	(61)	Destinações: - Reservas de Lucros	-	847	15.924	(16.771)	-
RESULTADO OPERACIONAL	20.653	39.368	30.463	30.463	- Dividendos	-	-	-	(161)	(161)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	20.653	39.368	30.463	30.463	Saldos em 31.12.2018	36.000	3.545	42.529	-	82.074
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 16a e b)	(8.008)	(15.460)	(13.531)	(13.531)	Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b)	9.000	-	(9.000)	-	-
Provisão para Imposto de Renda	(4.890)	(9.500)	(7.387)	(7.387)	Lucro Líquido	-	-	-	23.908	23.908
Provisão para Contribuição Social	(3.202)	(6.009)	(6.166)	(6.166)	Destinações: - Reservas de Lucros	-	1.195	22.486	(23.681)	-
Ativo Fiscal Diferido	84	49	22	22	- Dividendos	-	-	-	(227)	(227)
LUCRO LÍQUIDO	12.645	23.908	16.932	16.932	Saldos em 31.12.2019	45.000	4.740	56.015	-	105.755
Número de cotas (Notas 9a e b)	45.000.000	45.000.000	36.000.000	36.000.000						
Lucro por lote de mil cotas em R\$	288,79	531,29	470,33	470,33						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				
	2º Semestre 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro 2019		2018
	2019	2019	2018	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	20.653	39.368	30.463	30.463
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	-	-	18	18
Outros	-	-	18	18
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	20.653	39.368	30.481	30.481
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros				
Derivativos	(94.695)	7.145	(233.842)	(233.842)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(1.277)	(2.882)	(1.023)	(1.023)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	93.892	(11.863)	215.257	215.257
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(18.051)	(31.574)	(10.205)	(10.205)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	522	194	668	668
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos Pagos	-	(161)	(112)	(112)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(161)	(112)	(112)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	522	33	556	556
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	91	580	24	24
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	613	613	580	580
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	522	33	556	556

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTMV ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Durante o 1º semestre de 2018, clientes que operavam com a Bradesco-Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (atual Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.) passaram a operar com a BEM DTMV, na medida que suas operações foram sendo liquidadas pelo vencimento.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas; e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de fevereiro de 2020.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - Classificação

• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria;

• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores no mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

As operações de compra e venda em bolsa, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

• Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; e

• Devedores/Credores - Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similitude com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e

• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada em função de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional	613	580
Total de caixa e equivalentes de caixa	613	580

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Carteira própria	298.313	305.458
Cotas de fundos de investimento	298.313	305.458

b) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2019		2018	
Títulos (1)	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos para negociação (3):				
Cotas de fundos de investimento	52.851	2.012	867	242.583
Total geral	52.851	2.012	867	242.583

(1) No encerramento do exercício, a BEM DTMV possuía R\$ 298.313 mil (2018 - R\$ 305.458 mil), aplicados em fundos exclusivos da Organização Bradesco;

(2) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Títulos de renda fixa	15.255	12.496
Total	15.255	12.496

d) Instrumentos financeiros derivativos

A BEM DTMV não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

6) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Taxa de administração de fundos	6.207	3.347
Total	6.207	3.347

...continuação



BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco. A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	39.368	30.463
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3f)	(15.747)	(13.708)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(229)	(139)
Deduções incentivadas	492	295
Outros	24	21
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(15.460)	(13.531)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(15.509)	(13.553)
Impostos diferidos:		
Constituição/(Realização) no período sobre adições temporárias	49	22
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(15.460)	(13.531)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em		Constituição	Realização	Saldo em	
	31.12.2018	2018			31.12.2019	2019
Provisão para publicação e outras provisões	283	130		(81)	332	
Total dos créditos tributários (Notas 3f e 6b)	283	130		(81)	332	

O total do crédito tributário constituído tem perspectiva de realização em até 4 anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 319 mil (2018 - R\$ 268 mil). Todos os créditos tributários da BEM DTVM foram devidamente ativados.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEM DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, do gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BEM DTVM administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2019, somaram R\$ 399.301 milhões (2018 - R\$ 261.162 milhões), cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício somou de R\$ 57.230 mil (2018 - R\$ 35.878 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2019, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.873/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); e
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata – Contador – CRC 1SP212776/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção, no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Osasco, 27 de fevereiro de 2020

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4

11,1 MILHÕES DE EMPRESÁRIOS, DIRETORES OU C-LEVELS CONECTADOS COM A SUA EMPRESA

Reforce sua transparência e credibilidade divulgando as demonstrações financeiras do ano nos veículos mais confiáveis e de maior cobertura no segmento econômico.

ECONÔMICO
Valor



O GLOBO



ECONÔMICO
Valor RI

**MUITO MAIS VISIBILIDADE
PARA A SUA EMPRESA**



ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri